

PLANO DE GESTÃO DE RESÍDUOS



MUNICÍPIO DE PAREDES DE COURA

Empreitada: “Reabilitação do Centro Coordenador de Transportes”

ÍNDICE

1. PLANO DE GESTÃO DE RESÍDUOS	3
• Caracterização da obra	3
• Incorporação de reciclados	5
• Prevenção de resíduos	5
• Acondicionamento e triagem	7
• Produção de Resíduos de Construção e Demolição	9
• Medidas de minimização de impactes ambientais	11
➤ Transporte de Resíduos	12
➤ Ruído Ambiental	13
➤ Gestão de Produtos Químicos	14
➤ Embalagem Original	15
➤ Movimento e armazenamento	16
➤ Utilização	16
• Gestão de resíduos	17
• Produtos químicos menos agressivos	17

MUNICÍPIO DE PAREDES DE COURA

Empreitada: “Reabilitação do Centro Coordenador de Transportes”

1. PLANO DE GESTÃO DE RESÍDUOS

Caracterização da obra

Dono de obra: CÂMARA MUNICIPAL DE PAREDES DE COURA
Fiscalização: A definir
Entidade Executante: QUEIRAS & XEDAS, Lda
Prazo: 300 dias
Designação Completa da Obra: Reabilitação do Centro Coordenador de Transportes – Paredes de Coura
<p>Breve Descrição dos trabalhos:</p> <p>O projeto de execução prevê uma reabilitação do Centro Coordenador de Transportes de Paredes de Coura, tanto do edifício como dos seus espaços exteriores.</p> <p>O Centro de Transporte, inaugurado em 1980, além de funcionar como plataforma de interface do transporte público rodoviário do concelho e da região limítrofe, integra um conjunto de outros usos que complementam o seu programa. Além de filiais de empresas de transporte, este é ocupado por espaços comerciais, de serviços no seu piso inferior, e por associações culturais, recreativas e desportivas no seu piso superior.</p> <p>A presente reabilitação não impõe qualquer alteração ao programa funcional existente, apostando deliberadamente na sua diversidade e complexidade atual, promovendo um espaço de encontro e interação social.</p> <p>O projeto apresentado define sobretudo a reabilitação física do equipamento – melhoria das condições de uso e conforto dos passageiros e residentes, de acessibilidade a pessoas com mobilidade condicionada, adaptação às normas de segurança vigentes, correção de patologias construtivas, racionalização da compartimentação interior e atualização das redes e equipamentos das diferentes infraestruturas.</p> <p>A intervenção, ao nível dos espaços exteriores, prevê a reabilitação integral do pavimento betuminoso existente, a recriação da cobertura leve em estrutura metálica do cais exterior de passageiros.</p> <p>A envolvente externa do edifício apresenta o maior número de problemas ao funcionamento do edifício. A cobertura original é caracterizada por extensas áreas de claraboias que, devido à sua inusitada configuração geométrica e construtiva, provocam constantes e massivas infiltrações de água no interior. O excesso de claraboias na cobertura como de vãos envidraçados nos alçados concorrem para que o edifício apresente um deplorável comportamento térmico e muito desconforto lumínico.</p> <p>O projeto de intervenção propõe um conjunto objetivo e direto de ações de correção destes problemas, e que visam claramente reduzir as áreas de envidraçados exteriores e simultaneamente melhorar o nível de isolamento térmico dos seus componentes.</p> <p>Na cobertura serão eliminados todos os elementos de vãos existentes, sendo estes fechados com panos opacos de betão-. À execução de algumas claraboias pontuais, toda a restante superfície é revestida por um novo conjunto de camadas de materiais que, além de garantirem definitivamente a estanqueidade da mesma, melhorarão significativamente o seu</p>

MUNICÍPIO DE PAREDES DE COURA

Empreitada: “Reabilitação do Centro Coordenador de Transportes”

desempenho térmico.

Nos alçados proceder-se-á com a mesma intenção. A dimensão dos envidraçados é substancialmente reduzida. Para uniformizar a nova superfície de parede exterior, será aplicado um revestimento em sistema ETICS.

A intervenção ao nível da reconfiguração dos espaços interiores teve como base acatar a legislação que define as condições de acessibilidade e de segurança contra incêndios para o edifício.

No piso 0 irão ser criados dois novos núcleos de instalações sanitárias. Quanto à segurança contra incêndio, além dos dispositivos e equipamentos específicos vai ser compartimentado o volume de construção em áreas menores.

A configuração espacial interior foi redesenhada para clarificar, racionalizar e simplificar a configuração dos espaços de distribuição e complementarmente dos espaços de comércio, serviços e gabinetes.

Ao nível das redes de infraestruturas, estas serão adaptadas à regulamentação vigente. A rede elétrica e de iluminação vai ser substituída na totalidade.

De uma forma sumária prevê-se a realização dos seguintes trabalhos:

- Trabalhos Preparatórios e Montagem do Estaleiro
- Demolições (Exterior / Interior)
- Estrutura (betão Armado / Metálica)
- Cobertura / Impermeabilizações
- Alvenarias
- Isolamentos
- Revestimentos
- Serralharias
- Carpintarias
- Vidros
- Pinturas
- Diversos
- Instalações de Água e Esgotos
- Sistema de Combate a Incêndio
- Instalações e Equipamentos Elétricas
- Telecomunicações / ITED
- Instalações e Equipamentos de Segurança
- Arranjos Exteriores

Todos os resíduos produzidos em obra, nomeadamente, resultantes da atividade de obra, serão devidamente triados, e acondicionados nos seus contentores identificados pelo tipo de resíduo e respetivo código LER.

Estes resíduos estarão o menor tempo possível em estaleiro, sendo posteriormente encaminhados para operadores de resíduos autorizados, consoante o tipo de resíduos.

MUNICÍPIO DE PAREDES DE COURA

Empreitada: “Reabilitação do Centro Coordenador de Transportes”

Os resíduos serão transportados pelo produtor ou transportador licenciado e acompanhados por uma guia de RCD (Resíduos de Construção e Demolição). Esta informação será arquivada em conjunto com o registo de dados de RCD junto ao livro de obra.

Resultante da atividade de obra, haverá também produção de ruído e como tal, ter-se-á em conta as medidas de minimização do mesmo de acordo com o previsto nas medidas de controlo a implementar.

Incorporação de reciclados

Esta metodologia é suportada pelo Decreto-Lei 46/2008 de 12 de Março relativamente à Gestão de Resíduos de Construção e Demolição e demais legislação em vigor.

Seguidamente apresentam-se algumas medidas que visam a incorporação de reciclados.

- Todos os materiais deverão ser depositados seletivamente no estaleiro central, podendo haver deposição seletiva nas frentes de trabalho para posterior encaminhamento para os locais adequados no estaleiro ou diretamente para os operadores licenciados;
- Os materiais devem ser preservados e acondicionados de modo a evitar-se a sua contaminação. A retoma dos materiais por operadores licenciados depende do correto desmantelamento dos materiais;
- Dependendo dos resíduos produzidos, poderá ser viável a reutilização dos RCD não perigosos, nomeadamente de madeiras resultantes da demolição de cobertura e pavimentos. A Entidade Executante terá em consideração as especificações técnicas sobre RCD e respetivas aplicações, as quais traduzem as utilizações potenciais mais comuns no sector da construção civil:

- Metodologia para a incorporação de reciclados RCD:

Identificação dos materiais	Quantidade Integrada em obra	Quantidade Integrada relativamente o total de Materiais Usados (%)
Valor Total		

Prevenção de resíduos

- i. Metodologia de prevenção de RCD:

O primeiro passo para uma correta gestão de resíduos é o desenvolvimento de esforços que minimizem a sua produção e que diminuam a sua perigosidade (utilizar materiais que não originem RCD perigosos).

MUNICÍPIO DE PAREDES DE COURA

Empreitada: “Reabilitação do Centro Coordenador de Transportes”

A geração de resíduos durante a fase de construção é fruto das perdas dos processos construtivos. Parte das perdas do processo permanecem incorporadas nas construções, na forma de componentes, cujas dimensões finais são superiores às projetadas.

É possível diminuir estas perdas e da quantidade de resíduos de construção, através das metodologias abaixo descritas e que serão contempladas ao longo da execução da presente obra.

- Aperfeiçoamento e revisão de projetos;
- Evitar comprar materiais em excesso;
- Diminuir quantidades em stock;
- Correto acondicionamento de materiais para não se danificarem;
- Reutilizar os próprios resíduos gerados em obra na execução de novas estruturas em que a sua utilização seja possível, sem colocar em causa a qualidade da execução;
- Seleção adequada de materiais. Estudar a compra de materiais alternativos de menor perigosidade;
- Embalagens recicláveis/reutilizáveis na compra de materiais;
- Formar os recursos humanos, nomeadamente no que concerne à correta separação de resíduos.

Etiquetar cada contentor ou bidão, para mais facilmente cada colaborador realizar a correta separação dos resíduos.

As operações de construção e demolição geram diferentes tipos de resíduos. De entre os resíduos gerados, os materiais inertes e os resíduos não perigosos são os resíduos que mais facilmente apresentam condições para a sua reutilização.

Os resíduos não reutilizáveis devem ser removidos de acordo com a legislação para os destinos apropriados à sua eliminação.

No âmbito da gestão de resíduos, são proibidas, as seguintes ações:

- Tanto nos Estaleiros como nas frentes de obra, são expressamente proibidas as seguintes ações:
 - Abandonar resíduos;
 - Deitar resíduos para o chão;
 - Queimar Resíduos;
 - Enterrar Resíduos;
 - Misturar Resíduos (quando definido o contrário);
 - Colocar líquidos nos contentores de resíduos sólidos (e vice-versa);
 - Derramar resíduos.

Materiais a reutilizar em obra:

Com o intuito de prevenir a produção de resíduos, serão implementadas ações e desenvolvidas práticas de reutilização dos resíduos de construção e demolição resultantes da própria construção. A Entidade Executante deverá planear toda a gestão de resíduos produzidos em obra.

MUNICÍPIO DE PAREDES DE COURA**Empreitada: “Reabilitação do Centro Coordenador de Transportes”**

Deve-se privilegiar a reutilização dos solos classificados como bons na obra, ou em caso de haver solos excedentes, recorrer a outras obras como forma de reutilização.

Os solos de escavação classificados como maus ou não satisfatórios, não poderão ser reutilizados em obra, uma vez que foi identificado pelo relatório geológico-geotécnico que seriam solos de aterro contendo cinzas, linhas, fragmentos de madeiras, vidro e plásticos, ou seja, resultado de vários aterros de resíduos das indústrias existentes em tempos na zona. Estes solos deverão ser encaminhados para um destino licenciado para o efeito, seja para deposição em aterro ou usado para valorização.

Sempre que possível, a Entidade Executante deve utilizar os resíduos em obra, tendo em conta as normas técnicas nacionais e comunitárias aplicáveis. Deve assim, guiar-se pelas especificações técnicas definida pelo Laboratório Nacional de Engenharia Civil (LNEC).

Identificação dos materiais	Quantidade Integrada em obra (m ³)	Quantidade Integrada relativamente o total de Materiais Usados (%)
Valor total		

Acondicionamento e triagem

Para que se possa manter uma organização e limpeza ao longo de toda a obra e para que se possa proceder a uma adequada gestão dos resíduos produzidos na obra e ao seu armazenamento temporário, deverá ser criada uma zona específica denominada Parque de Resíduos.

O parque de resíduos deverá ser composto por duas áreas, uma afeta ao armazenamento de resíduos perigosos e outra aos não perigosos, e deverá estar equipado com diversos contentores de material resistente e durável, passíveis de reutilização noutras obras, de modo a que também aqui se proceda à prevenção de resíduos.

Esta zona deverá estar dividida em vários sectores onde existirão contentores metálicos, contentores com tampa, big bag's e bidões devidamente identificados de acordo com Portaria n.º 209/2004, de 3 de Março (código da Lista Europeia de Resíduos) com o tipo de resíduo a depositar, para que os diferentes tipos de resíduos produzidos possam ser convenientemente acondicionados, e desta forma, possa ser evitada a sua mistura e contaminação, potenciando a valorização dos mesmos aquando da sua transferência para os operadores de gestão de resíduos/destinos autorizados para a sua gestão ou entidades responsáveis pelos sistemas de gestão de fluxos de resíduos.

Para cada frente de obra deverão ser deslocados, à semelhança do transporte de equipamento e materiais para execução da obra, big-bags ou sistemas de contentorização amovíveis (devidamente identificados), tais como caçambas, para a recolha e triagem dos RCD previstos.

MUNICÍPIO DE PAREDES DE COURA

Empreitada: “Reabilitação do Centro Coordenador de Transportes”

Caso se trate de terras de escavação estas deverão permanecer no local para aterro o menor tempo possível, sendo que as terras sobrantes deverão ser encaminhadas para destino final adequado.

Os resíduos recolhidos e sujeitos a triagem nas frentes de obra deverão ser encaminhados para os contentores existentes no Parque de Resíduos, para posterior envio a destino final. No caso dos resíduos perigosos, este armazenamento não deverá ser superior a 3 meses.

O armazenamento temporário de resíduos deverá ser efetuado de forma a não provocar qualquer dano para o ambiente nem para a saúde humana e de forma a evitar a possibilidade de derrame, incêndio ou explosão, devendo ser respeitadas as condições de segurança relativas às características que conferem perigosidade aos resíduos e que estão, regra geral, associadas com as características de perigo da substância — providenciar a disponibilização das Fichas de Dados e Segurança (ou mistura de substâncias) perigosas presentes no resíduo em questão.

Todos os contentores deverão ser estanques e com capacidade adequada ao tipo de resíduo a recolher, deverão possuir rótulos de identificação que incluam:

- Tipo de resíduo;
- Código LER;
- Grau de perigosidade (fundo do rótulo a cor laranja para resíduos perigosos).

Para os resíduos contendo substâncias perigosas, devem ser disponibilizados contentores de preferência metálicos, de modo a resistir a perfurações e evitar possíveis derrames, assim como devem permitir o fecho hermético.

O local de armazenamento dos resíduos perigosos deverá observar o cumprimento das normas de segurança na armazenagem de produtos perigosos e integrar as medidas de proteção contra derrames acidentais e formação de lixiviados. Nesse sentido, deverão ser construídas bacias de retenção resguardadas por um coberto para colocação dos contentores desses resíduos, os quais deverão estar devidamente identificados com o tipo de resíduo e respetivo código LER. Estas bacias devem ser acompanhadas de um kit de atuação em caso de derrames. Estes kits de emergência devem ser produtos absorventes, que tenham uma atuação eficaz na contenção de qualquer derrame. Estes produtos absorventes quando utilizados para conter um derrame, devem posteriormente ser tratados como um resíduo perigoso, e devidamente encaminhado para destino licenciado para o efeito.

Relativamente ao destino final dos resíduos deve ser assegurado que as entidades com as quais são estabelecidos os contratos estão devidamente licenciadas para os receber e gerir. Na definição dos destinatários dos resíduos será utilizado o Sistema de Informação de Licenciamento de Operações de Gestão de Resíduos da Agência Portuguesa do Ambiente. Deve garantir-se que os operadores de resíduos têm licença válida para a operar o tipo de resíduo encaminhado, e deve sempre que possível, privilegiar a proximidade dos operadores de forma a evitar gastos energéticos no transporte.

O transporte de resíduos deverá dar cumprimento às disposições da Portaria n.º 335/97, de 16 de Maio, a qual fixa as regras a que fica sujeito o transporte de resíduos em território nacional, com exceção do n.º 5, 6 e 7. No caso específico dos RCD, estes deverão ser acompanhados de guias de transporte de RCD, cujos modelos foram definidos pela Portaria n.º 417/2008, de 11 de Junho.

S. ROQUE – RUBIÃES - 4940-691 PAREDES DE COURA

TLF/FAX 251 948 150

www.queirasxedas.pt - queiras.xedas@sapo.pt

Contr. N.º 506 466 027 . Soc. por Quotas . Capital Social 75.000,00 Euros

MUNICÍPIO DE PAREDES DE COURA

Empreitada: “Reabilitação do Centro Coordenador de Transportes”

Para os outros tipos de resíduos, resultante de ações acessórias da obra, o transporte deverá ser realizado em conformidade com as disposições da Portaria n.º 335/97, de 16 de Maio, sendo acompanhado pela respetiva Guia de Acompanhamento de Resíduos (Modelo A n.º 14282 na INCM) previsto neste diploma.

Deverá verificar-se a correta execução do PPG pela Entidade Executante, nomeadamente:

- Verificar a correta separação e deposição dos resíduos nas frentes de trabalho;
- Verificar se as Guias de Acompanhamento de RCD estão a ser devidamente preenchidas, tendo sempre o cuidado de guardar uma cópia que deverá ser arquivada num dossier que estará associado ao Livro de Obra;
- Analisar o estado de separação dos resíduos antes da sua entrada no local de armazenamento temporário, zelando pela limpeza e organização deste espaço;
- Promover a limpeza da via pública sempre que nela sejam vertidos materiais de construção ou materiais residuais de construção;
- Fazer o registo no Sistema Integrado da Agência Portuguesa do Ambiente — SIRAPA, conforme previsto no Decreto-Lei n.º 73/2011.

Produção de Resíduos de Construção e Demolição

No quadro seguinte apresenta-se a lista de resíduos (RCD), com a respetiva classificação (LER), que se estima virem a ser produzidos na obra, bem como o encaminhamento que lhes deve ser dado.

- Esta lista de RCD, não podendo ser exaustiva, constitui uma estimativa indicativa baseada no Mapa de Quantidades do Projeto dos edifícios e em indicadores registados para este tipo de construção.
- Na fase de execução da obra, o plano é ajustado com o máximo de rigor, tendo em conta as condições do espaço afeto à obra e o cumprimento da legislação aplicável.

Deverá ser consultado o mapa de quantidades.

MUNICÍPIO DE PAREDES DE COURA
Empreitada: “Reabilitação do Centro Coordenador de Transportes”

Designação	Código LER	Qt produzida (m³)	Qt para reciclagem (%)	Operação reciclagem	Qt para valorização (%)	Operação de valorização	Qt para eliminação	Operação de eliminação
Embalagens de papel e cartão.	15 01 01	-	-	-	90	R5	10	D1
Embalagens de plástico.	15 01 02	-	-	-	90	R5	10	D1
Embalagens de madeira.	15 01 03	-	-	-	90	R5	10	D1
Embalagens de metal.	15 01 04	-	-	-	90	R4	10	D1
Betão.	17 01 01	-	-	-	0	-	100	D1
Tijolos.	17 01 02	-	-	-	0	-	100	D1
Ladrilhos, telhas e materiais cerâmicos.	17 01 03	-	-	-	0	-	100	D1
Misturas ou fracções separadas de betão, tijolos, ladrilhos, telhas e materiais cerâmicos contendo substâncias perigosas.	17 01 06*	-	-	-	0	-	100	D1
Misturas de betão, tijolos, ladrilhos, telhas e materiais cerâmicos não abrangidas em 17 01 06.	17 01 07	-	-	-	0	-	100	D1
Vidro	17 02 02				90	R5	10	D1
Plástico.	17 02 03	-	-	-	30	R5	70	D1
Mistura betuminosa contendo alcatrão	17 03 01				0	-	100	D1
Cobre, bronze e latão.	17 04 01	-	-	-	60	R4	40	D1
Alumínio.	17 04 02	-	-	-	30	R4	70	D1
Ferro e aço.	17 04 05	-	-	-	90	R4	10	D1
Materiais de isolamento não abrangidos em 17 06 01 e 17 06 03	17 06 04	-	-	-	30	R5	70	D1
Materiais de construção a base de gesso não abrangidos em 17 08 01	17 08 02	-	-	-	90	R5	10	D1
Mistura de resíduos de construção e demolição não abrangidos em 17 09 01, 17 09 02 e 17 09 03	17 09 04	-	-	-	90	R5	10	D1
TOTAL								

S. ROQUE – RUBIÃES - 4940-691 PAREDES DE COURA

TLF/FAX 251 948 150

www.queirasxedas.com - queiras.xedas@sapo.pt

Contr. N.º 506 466 027 . Soc. por Quotas . Capital Social 75.000,00 Euros

MUNICÍPIO DE PAREDES DE COURA

Empreitada: “Reabilitação do Centro Coordenador de Transportes”

Medidas de minimização de impactes ambientais

Assumindo que qualquer alteração ao meio deve ser atenuada de forma a reduzir os efeitos perturbadores nas dinâmicas existentes, torna-se fundamental definir medidas, ações ou linhas de orientação que promovam a diminuição, compensação ou eliminação desses mesmos efeitos sobre o ambiente.

Assim são se seguida apresentadas algumas medidas de minimização, a aplicar na fase de obra. Deve-se, na fase de obra, verificar a aplicação das seguintes medidas, e considerar a aplicação de outras, caso assim se justifique:

- Proceder à divulgação junto da população vizinha da data de início e do fim previsível dos trabalhos;
- Os trabalhos/ações associados à fase de construção devem decorrer apenas no período
- Caso, no decurso das obras, ocorram danos em edificações e infraestruturas, devido às atividades associadas à obra, estes deverão ser imediatamente reparados;
- Todas as utilizações dos recursos hídricos devem ser licenciadas;
- Elaboração e controlo de um programa de Acompanhamento de Obra que inclua as boas práticas de construção e gestão de obra e estaleiros e as medidas de mitigação apresentadas neste plano;
- Na eventualidade de se produzirem outros impactes que não considerados neste plano, deverão ser de imediato postas em prática medidas mitigadoras, tendo sempre em conta as melhores soluções técnicas e económicas para o desenvolvimento do projeto;

Na instalação do estaleiro de obra, devem ser adotadas algumas medidas de minimização de modo a garantir um impacto reduzido desta instalação sobre o ambiente. De seguida são apresentadas algumas medidas genéricas:

- Salvaguarda de uma distância de 10 m, na seleção do local para a instalação do estaleiro ou quaisquer outras estruturas de suporte à obra, de linhas de água presentes na área de intervenção.
- Todos os locais de depósito de combustíveis, lubrificantes ou outras substâncias deverão ser impermeabilizados e dispor de drenagem para tanques de retenção adequadamente dimensionados para poderem reter o volume máximo de contaminante suscetível de ser derramado;
- O estaleiro deve contemplar um espaço devidamente coberto e impermeabilizado para instalação do Parque de Resíduos para recolha e armazenagem seletiva dos diversos tipos de resíduos produzidos na obra;
- Após o término da obra, o estaleiro deve ser totalmente desmontado, garantindo a total remoção dos escombros, escórias e ou resíduos. Estes deverão ser imediatamente transportados para destino licenciado

MUNICÍPIO DE PAREDES DE COURA

Empreitada: “Reabilitação do Centro Coordenador de Transportes”

TRANSPORTE DE RESÍDUOS

Todas as ações, com exceção dos transportes internos, que envolvam movimentação e transporte de resíduos, serão devidamente registadas em modelo apropriado (Anexo I e II da Portaria n.º 417/2008, de 12 de Março) e acompanhadas das respetivas Guias de Acompanhamento de Resíduos, de acordo com a legislação em vigor (Portaria n.º 335/97, de 16 de Maio).

A portaria n.º 335/97, de 16 de Maio, estabelece ainda que o transporte de resíduos deve ser efetuado em condições ambientalmente adequadas, de modo a evitar a sua dispersão ou derrame, e de acordo com os seguintes requisitos:

- Resíduos líquidos e pastosos - embalagens estanques e com taxas de enchimento < 98%;
- Resíduos sólidos - embalagem ou a granel, veículo de carga fechado ou tapado.

Todos os carregamentos devem ser convenientemente arrumados por forma a evitar deslocções dos resíduos dentro do veículo. Se durante o carregamento ou transporte ocorrer algum derrame, a zona acidentada deve ser imediatamente limpa, recorrendo a produtos absorventes se necessário.

Quando os resíduos a transportar se encontrarem abrangidos pelos critérios de classificação de mercadorias perigosas, previstos no Regulamento Nacional do Transporte de Mercadorias Perigosas por Estrada (RPE), aprovado pela portaria n.º 1196-0/97 de 24 de Novembro (alterada pela Portaria 729/2000 de 7 de Setembro), o seu transporte deve cumprir o previsto nesse regulamento. Os resíduos perigosos deverão ser colocados em embalagens fechadas apropriadas, devendo ser rotuladas com o dístico abaixo (exemplo do amianto):



MUNICÍPIO DE PAREDES DE COURA

Empreitada: “Reabilitação do Centro Coordenador de Transportes”

RUÍDO AMBIENTAL

MEDIDAS DE MINIMIZAÇÃO

- As atividades suscetíveis de provocarem maior ruído devem ser executadas durante os dias úteis e em período diurno (8h às 20h), sempre que possível.
- Devem ser utilizados equipamentos que possuam o plano de manutenção e revisão periódica em dia, de forma a garantir o melhor funcionamento dos mesmos.
- A população residente deve ser informada das atividades a decorrer e da sua duração, bem como dos contactos aos quais se possam dirigir em caso de reclamações.

LICENÇA ESPECIAL DE RUÍDO (LER)

De acordo com o artigo 14º do Decreto-Lei n.º 9/2007, é proibido o exercício de atividades ruidosas temporárias na proximidade de:

- Edifícios de habitação, aos sábados, domingos e feriados, e nos dias úteis entre as 20h e as 8h;
- Escolas, durante o seu horário de funcionamento;
- Hospitais ou estabelecimentos similares.

A LER é requerida com a antecedência mínima de 15 dias úteis relativamente à data de início da atividade (artigo 15º do Decreto-Lei n.º 9/2007), referindo, no mínimo, os seguintes dados:

- Localização exata ou percurso definido para o exercício da atividade;
- Datas de início e termo da atividade;
- Horário;
- Razões que justificam a realização da atividade naquele local e hora;
- Medidas de prevenção e de redução do ruído propostas, quando aplicável.

A Direção Técnica da empreitada deve informar o Técnico do Ambiente para a necessidade de solicitar a LER, no mínimo com 16 dias úteis de antecedência à execução da atividade ruidosa temporária.

Não carece de licença especial de ruído:

- O exercício de uma atividade ruidosa temporária promovida pelo município, ficando sujeita aos valores limites fixados no n.º 5 do artigo 15.º do Decreto-Lei n.º 9/2007;
- Trabalhos ou obras em espaços públicos ou no interior de edifícios que devam ser executados com carácter de urgência para evitar o perigo de produção de danos para pessoas ou bens.

MUNICÍPIO DE PAREDES DE COURA

Empreitada: “Reabilitação do Centro Coordenador de Transportes”

Ficam dispensados do cumprimento dos valores limite estabelecidos no n.º 5 do artigo 15.º:

- No âmbito do n.º 8 e 9 do artigo 15.º do Decreto-Lei n.º 9/2007, o cumprimento dos valores limite de ruído ambiente estabelecidos no n.º 5 do artigo 15.º do referido diploma pode ser dispensado;
- Pelos municípios, no caso de obras em infraestruturas de transporte, quando seja necessário manter em exploração a infraestrutura ou quando, por razões de segurança ou de carácter técnico, não seja possível interromper.
- Por despacho dos membros do Governo responsáveis pela área do ambiente e dos transportes, no caso de obras em infraestruturas de transporte cuja realização se revista de reconhecido interesse público.

GESTÃO DE PRODUTOS QUÍMICOS

AQUISIÇÃO E RECEÇÃO DOS PRODUTOS QUÍMICOS

Sempre que se efetua a compra de um produto químico é obrigatório solicitar a versão atualizada da respetiva Ficha de Dados de Segurança do Produto (FDS) redigida em língua Portuguesa. O requisitante deve informar o Técnico de Higiene e Segurança e Técnico do Ambiente da aquisição de novos produtos químicos.

Quando o produto químico for adquirido por um subempreiteiro, é da responsabilidade do Diretor de Obra O solicitar ao subempreiteiro a FDS do produto, atualizada em português e informar os Técnico de Higiene e Segurança e Técnico do Ambiente da entrada em obra de novos produtos químicos.

Em obra, o administrativo é responsável por proceder ao arquivo das FDS dos produtos em pasta própria, de forma que a mesma possa ser facilmente consultada / analisada pelos Técnico de Higiene e Segurança e Técnico do Ambiente.

Aquando da receção do produto químico, quem o solicita/ recebe deve verificar a conformidade do produto (rótulo, validade, FDS, etc.) e informar o Técnico de Higiene e Segurança e Técnico do Ambiente.

Em caso de desvio, deve ser aberta uma Não Conformidade ao fornecedor/subempreiteiro e cumprir o definido na Controlo de Não Conformidade.

Em cada instalação deve ser assegurada a disponibilidade dos meios identificados nos pontos 4, 5, 6, 7 e 8 da FDS.

MUNICÍPIO DE PAREDES DE COURA

Empreitada: “Reabilitação do Centro Coordenador de Transportes”

EMBALAGEM ORIGINAL

O Técnico de Higiene e Segurança e Técnico do Ambiente devem verificar as informações contidas no rótulo da embalagem do produto químico para garantir que a simbologia de perigosidade e as Frases “S” e “R” descritas no rótulo são concordantes com as descritas na FDS do respetivo produto químico.

Caso tal não se verifique, deverá ser aberta Não Conformidade ao fornecedor / subempreiteiro responsável pela aquisição do produto.

EMBALAGEM N/ ORIGINAL (OUTRO RECIPIENTE)

Quando o produto químico não se encontrar na embalagem original deve ser garantida a rotulagem do recipiente de acordo com o seguinte exemplo:



Estas informações podem ser obtidas no rótulo do recipiente original ou na respetiva FDS. O “novo” recipiente deve oferecer segurança quanto a fugas ou derrames. É proibido a utilização de quaisquer embalagens de produtos alimentares (garrafas de água, garrações de água, etc.) para o armazenamento de produtos químicos.

MUNICÍPIO DE PAREDES DE COURA

Empreitada: “Reabilitação do Centro Coordenador de Transportes”

MOVIMENTO E ARMAZENAMENTO

Devem ser garantidas as condições de segurança e de contenção adequadas ao transporte/movimentação dos produtos químicos de forma a minimizar a ocorrência de incidentes/impactes.

O local para armazenamento dos produtos químicos deve ser estanque, coberto e arejado, dimensionado para a quantidade e características dos produtos a armazenar. Deve ser garantida a presença de equipamentos de prevenção e de primeira atuação em caso de derrame e incêndio e ainda, devem estar disponíveis, sempre que possível, os equipamentos de emergência previstos nas referidas FDS dos produtos.

O armazenamento dos produtos químicos na bacia de retenção deve ser efetuado respeitando a tabela de incompatibilidades afixada no local.

Caso se detete que os meios existentes são insuficientes ou inadequados deve comunicar-se este facto e que se procede à imediata reavaliação e correção caso necessário.

Em situação de emergência (incêndio, derrame, etc.) deve atuar-se conforme o estabelecido no plano de emergência da instalação e informar o Técnico de Higiene e Segurança e Técnico do Ambiente para que procedam ao tratamento da informação de acordo com a IT - Incidentes.

UTILIZAÇÃO

Só é permitida o manuseio dos produtos químicos com a utilização dos equipamentos de proteção individual disponibilizados pela empresa, de forma a evitar a ocorrência de acidentes pessoais e/ou ambientais.

A utilização dos produtos químicos deve restringir-se apenas àqueles colaboradores que normalmente os utilizam no decurso das suas atividades e aos quais foram dadas ações de informação / sensibilização para tal.

É da responsabilidade do responsável de cada um dos departamentos consumidores de produtos químicos a avaliação periódica do prazo de validade dos produtos químicos armazenados na empresa, de forma a evitar-se a ultrapassagem do mesmo, o conseqüente desperdício de produtos e a geração de resíduos.

MUNICÍPIO DE PAREDES DE COURA

Empreitada: “Reabilitação do Centro Coordenador de Transportes”

Gestão de resíduos

Os resíduos resultantes da utilização dos produtos químicos, são considerados como perigosos e devem ser colocados nos locais previstos para tal (bacia de retenção, contentor identificado ou outro designado pelo Técnico do Ambiente responsável pela obra/instalação).

Produtos químicos menos agressivos

Sempre que, tecnicamente possível e economicamente viável, devem ser adquiridos produtos menos agressivos para o meio ambiente, para a saúde e segurança dos utilizadores.

Paredes de Coura, 17 de Fevereiro de 2017

O Sócio – Gerente